



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO REGIONAL DE CAMBÉ
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CAMBÉ - PROJUDI
Avenida Roberto Conceição, 532 - 5º andar - Edifício do Fórum - Jardim São José - Cambé/PR
CEP: 86.192-550 - Fone: (43)3254-5064 - E-mail: camb-1vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATACÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): MARIA DE FATIMA COSTA – (CNPJ/MF SOB O Nº 360.568.639-72).

FAZ SABER a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeileiloes.com.br, de forma **"ON LINE"**, nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeileiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.

O **PRIMEIRO LEILÃO** será **encerrado no dia 12 de DEZEMBRO de 2024, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor atualizado da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será **encerrado no dia 12 de DEZEMBRO de 2024, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (**este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação – Artigo 891, parágrafo único do NCPC**).

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverá se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeileiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeileiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

PROCESSO: Autos nº **0003172-14.2007.8.16.0056** de **EXECUÇÃO FISCAL** em que é exequente **MUNICÍPIO DE CAMBÉ/PR – (CNPJ/MF 75.732.057/0001-84)** e executada **MARIA DE FATIMA COSTA – (CNPJ/MF SOB O Nº 360.568.639-72)**.

BEM: "Data de terras sob o nº 02 (dois), com a área de 769,4908 metros quadrados, da subdivisão do lote nº 44-B, da Gleba Patrimônio Cambé, nesta cidade e Comarca de Cambé, e se acha dentro das seguintes divisas e confrontações: - "PRINCIPIANDO num marco de madeira cravado na lateral esquerda, voltando-se de costa para a Rua Francisco Delgado Sanches, a 21,685 metros, do alinhamento limítrofe do lote nº 44-B, na Rua dos Caçadores; toma-se deste ponto o rumo NW 89º 40' 52" SE, numa extensão de 29,928 metros, divisando com o remanescente do lote nº 44-B; deste ponto toma-se o rumo NE 0º 19' 08" SW, numa extensão de 30,28 metros, onde se chega a Rua dos Caçadores, sendo que nesta extensão divisa ainda com o remanescente do lote nº 44-B, daí no rumo SE 73º 35' 05" NW, numa extensão de 25,398 metros, divisando com a Rua dos Caçadores, onde se entra numa curva a direita percorrendo uma extensão de 9,62 metros, seguindo-se então o rumo NW 0º 03' 35" SE, numa extensão de 16,082 metros, divisando com a Rua Francisco Delgado Sanches onde se encontra o ponto de partida". Imóvel **matriculado sob o nº 8.440** do C.R.I. local, contando com rede de energia elétrica, água e asfalto, que avalio por aproximadamente R\$ 714,75 o metro quadrado, num total de R\$ 550.000,00. **CONTÉM ESTE IMÓVEL a) –** Duas construções tipo sobrado, cobertas com telhas de barro, contendo cada sobrado com: sala de jantar, com piso cerâmico; despensa com piso cerâmico; cozinha, com piso cerâmico e paredes com revestimento cerâmico; sala de TV, com piso; sanitário, com piso cerâmico e revestimento cerâmico nas paredes; uma suíte, sendo o quarto com piso em tacos e o sanitário com piso cerâmico e revestimento cerâmico nas paredes; sanitário social, com piso cerâmico e revestimento cerâmico nas paredes; quarto

com piso em tacos; lavanderia; garagem. Contém também, uma residência em alvenaria, coberta com telhas tipo Eternit, piso cerâmico, teto em laje, contendo: 2 (dois) quartos, sala, cozinha e sanitário. Contém ainda, dois salões comerciais, em alvenaria, sendo um, com forro de madeira e piso tipo vermelhão e o outro com piso cerâmico e teto em laje. Tudo, perfazendo um total aproximado de 700,00 m², tratando-se de construções antigas, sendo os sobrados e a residência em regular estado de conservação e os salões comerciais em mau estado de conservação, necessitando de reparos”. Tudo em conformidade com o laudo de Avaliação de evento 88.1.

ÔNUS: R-2/8.440 - Penhora referente aos autos de Execução 049/99 de Carta Precatória, oriunda da 2ª Vara Cível da Comarca de Londrina, exequente: Norpave Administradora de Consórcios S/C; R-3/8.440 - Penhora referente aos próprios autos; R-4/8.440 – Penhora referente aos autos 0009948-54.2012.8.16.0056, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Cambé, exequente Município de Cambé; R-5/8.440 – Penhora referente aos autos 0010882-36.2017.8.16.0056, da 2ª Vara da fazenda Pública de Cambé; Av-6/8.440 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº000154-03.20205.12.0052 em tramite perante a Vara do Trabalho de Timbo-SC, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 311.1. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária após a expedição do respectivo Edital de Leilão. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega. (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015).

DATA DA PENHORA: 21 de setembro de 2018, conforme Auto de Penhora do evento 75.2.

ATUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO: R\$1.376.223,19 (Um milhão trezentos e setenta e seis mil duzentos e vinte e três reais e dezenove centavos), conforme atualização da avaliação do evento 88.1, atualizada até a data da expedição do presente edital.

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Código de Processo Civil/2015, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

Artigo 895 do Código de Processo Civil/2015: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil”; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI – (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que **a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista.** Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).

OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC) O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeileiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos da Depositária Pública, como fiel depositária, até ulterior deliberação.

LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR – LEILOEIRO - MATRÍCULA 13/246-L

COMISSÃO DO LEILOEIRO: arbitro a comissão em caso de arrematação, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado; por outro lado, no caso de adjudicação ou remição, será de 02% (dois por cento) sobre o laudo da avaliação, e; finalmente, em caso de acordo ou pagamento da dívida realizado no prazo de 05 (cinco) dias antes da efetivação do leilão, arbitro a comissão do leiloeiro em 2% sobre o valor da transação/pagamento para cobrir as despesas na preparação do leilão e remunerar os serviços prestados pelo leiloeiro, sendo devida pelo executado.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja: **MARIA DE FATIMA COSTA – (CNPJ/MF SOB O Nº 360.568.639-72)**, através do presente, devidamente INTIMADO, caso não seja encontrada para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cōnjuge(s). Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s): coproprietário(s) **JUVIANE COSTA FAVARO, JULIANA COSTA FAVARO e JAQUELINE COSTA FAVARO**, usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Pitanga, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro. (06/11/2024). Eu, _____, /// Jorge V. Espolador - Matrícula 13/246-L ///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.

LUCIENE OLIVEIRA VIZZOTTO ZANETTI

Juíza de Direito